

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Governo cede e destina R\\$ 1 bi a ferrovias do Pará](#)4

Valor Econômico

[Título: Eletrobrás pretende cobrar da União perdas com privatização](#)8

[Título: Temer promete nova ponte e dinheiro da Norte-Sul para tranquilizar o Pará](#) 22

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Leilão de distribuidoras fica para agosto2

Título: Queda do petróleo e economia fraca fazem dólar subir 0,44%3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo4

Título: Governo cede e destina R\$ 1 bi a ferrovias do Pará4

Título: Em 15 anos, China investiu US\$ 54 bi no País, mas só 11% do total em projeto novo..6

Título: Vale bate novo recorde de produção.....8

VEÍCULO: Valor Econômico8

Título: Eletrobrás pretende cobrar da União perdas com privatização.....8

Título: Governo corre contra o tempo para fazer leilão da cessão onerosa.....	11
Título: Intenção é vender Cepisa este mês e outras cinco em agosto	13
Título: Acordo transformou modelo econômico e reduziu peso do petróleo.....	14
Título: Barril de petróleo a US\$ 70 garante meta da Petrobras	16
Título: Sindicatos cancelam greve prevista na Eletrobrás.....	18
Título: State Grid rebate minoritários da CPFL Renováveis em disputa na CVM.....	19
Título: Vale anuncia novos recordes de vendas e produção no 2º tri	20
Título: Temer promete nova ponte e dinheiro da Norte-Sul para tranquilizar o Pará.....	22
Título: MPT multa Usiminas em R\$ 100 milhões por eleição do CA	24
Título: Preço do etanol despenca no país após greve de caminhoneiros.....	26
Título: Wall Street resiste a tombo do petróleo	27
Título: Petrobras lança proposta de migração da Petros.....	28

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Leilão de distribuidoras fica para agosto

Ministro diz que venda de cinco empresas de energia vai esperar aprovação de lei

MADRI- O governo vai prorrogar o leilão de distribuidoras da Eletrobrás de 26 de julho para 30 de agosto, afirmou ontem à Reuters em Madri o ministro do Planejamento, Esteves Colnago. A exceção é a Cepisa, distribuidora de energia elétrica do Piauí. — Nós tínhamos duas opções: prorrogar as seis, esperando a lei passar ou, que é aquilo pelo que estamos optando, manter o leilão das Centrais Elétricas do Piauí agora no dia 26 — explicou Colnago.

O novo prazo deve-se à necessidade de aguardar a aprovação no Senado de um projeto de lei visto como importante para viabilizar a venda das distribuidoras que operam na Região Norte e a uma decisão judicial específica que trava a venda da empresa que opera no Alagoas, a Ceal. Na sexta-feira passada, a Advocacia- Geral da União e o BNDES recorreram ao Tribunal Regional Federal

da 2ª Região (TRF-2) para tentar derrubar decisão liminar da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro que suspendeu o leilão de venda da Amazonas Energia, Ceron, Ceal, Boa Vista Energia, Eletroacre e Cepisa.

Na avaliação do ministro, que participa na Espanha da conferência Infraestrutura para a Integração da América Latina, há "vários grupos" interessados na distribuidora do Piauí que, dentre as seis companhias, foi a teve "maior procura", inclusive pelos espanhóis. O processo ganhou uma incerteza adicional após a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), no fim de junho, que proibiu a alienação de estatais sem aval do Congresso.

NOVOS PARÂMETROS ECONÔMICOS

Colnago afirmou ainda que o governo publicará, na próxima quinta ou sexta-feira, sua nova grade de parâmetros econômicos para 2018. Sem detalhar números, o ministro afirmou que a previsão de expansão para o Produto Interno Bruto (PIB) ficará próxima à do mercado, hoje em torno de 1,5%. Ele acrescentou que a greve dos caminhoneiros limou um trimestre de crescimento econômico do país, retirando de 0,7 a 0,8 ponto percentual da expectativa para a atividade que o governo tinha anteriormente. |

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Queda do petróleo e economia fraca fazem dólar subir 0,44%

Barril do Brent perde 4,6%, a US\$ 71,84. Bolsa de São Paulo fica praticamente estável

-SÃO PAULO- A desvalorização das commodities no exterior, com o petróleo caindo mais de 4%, e o fraco desempenho da economia brasileira foram as razões para a alta do dólar comercial ontem no mercado brasileiro. Na contramão do movimento lá fora, a moeda americana avançou 0,44%, a R\$ 3,868. Já o Ibovespa, índice de referência do mercado local, encerrou quase estável, com leve alta de 0,08%, aos 76.652 pontos.

O Dollar Index, da Bloomberg, que mede o comportamento da divisa americana frente a uma cesta de dez moedas, recuava 0,20% próximo ao encerramento dos negócios no Brasil. Segundo Guilherme França Esquelbek, analista da Correparti Corretora de Câmbio, a demanda de importadores contribui para a valorização da moeda por aqui. O barril do tipo Brent, negociado em Londres, perdeu 4,63%, a US\$ 71,84. Já o WTI caiu 4,15% em Nova York, a US\$ 68,06.

Analistas atribuíram a forte queda a notícias de que a Arábia Saudita teria aumentado sua produção para fazer frente às novas sanções americanas contra o Irã, o quinto maior produtor global. — O petróleo está caindo muito, e, de forma geral, um recuo nas commodities afeta o desempenho de mercados emergentes — avaliou Vitor Suzaki, analista da Lerosa Investimentos.

As ações preferenciais (PN, sem direito a voto) da Petrobras recuaram 1,27%, a R\$ 17,88. No caso das ordinárias (ON, com voto), o recuo foi de 0,97%, a R\$ 20,38. O pregão também foi de perdas para as ações da Vale, mesmo com o anúncio de recorde de produção, de 96,755 milhões de toneladas no segundo trimestre. Os papéis da mineradora perderam 0,62%, a R\$ 50.

VENCIMENTO DE OPÇÕES

Apesar da queda de seus principais papéis, a Bolsa encerrou o pregão com um giro de R\$ 12,336 bilhões. Desse total, R\$ 4 bilhões foram referentes ao vencimento de opções sobre ações, que adicionou volatilidade aos negócios até o início da tarde. Nesse tipo de operação, os investidores precisam liquidar suas posições de acordo com as apostas que fizeram para os papéis (se iriam cair ou subir).

Internamente, repercutiram nos investidores também os dados do Banco Central, que mostraram um tombo de 3,34% da economia em maio, mês da paralisação dos caminhoneiros. O economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Rosa, lembra que o dado, embora já esperado, reforça o enfraquecimento da economia brasileira. — O IBC-Br veio mais ou menos em linha. Não foi uma surpresa, mas também reforça o enfraquecimento da economia e o impacto da paralisação dos caminhoneiros sobre a atividade. Se essa ociosidade for mantida, afeta também a confiança — afirmou.

Já no terreno positivo, destacaram-se as ações da Embraer, com alta 1,65%, após a fabricante de aviões divulgar expectativa de demanda por novas encomendas para os próximos anos. Já os papéis da Eletrobrás subiram 1,50% (ON) e 2,46% (PN). A estatal tenta leiloar seis distribuidoras, mas o processo é alvo de contestações na Justiça.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Governo cede e destina R\$ 1 bi a ferrovias do Pará

Parlamentares e o governador estavam insatisfeitos com a renovação de uma concessão da Vale no Estado, em troca de investimento no MT

Para diminuir a insatisfação do governo e de parlamentares do Pará, o governo federal decidiu destinar recursos que serão arrecadados com o leilão de um trecho da Ferrovia Norte-Sul para a região. O bônus de outorga do trecho, que será licitado neste ano, será de R\$ 1,097 bilhão, e pode ser ainda maior se houver disputa no leilão.

Essa foi a forma que o presidente Michel Temer encontrou para evitar que o governador do Pará, Simão Janete, prossiga na decisão de entrar na Justiça contra a decisão, anunciada no início do mês, de renovar a concessão da estrada de ferro Carajá, que passa pelos Estados do Maranhão e do Pará, ligando o Porto do Itaqui, em São Luís (MA) e Marabá e Parauapebas (PA).

Em troca, a Vale ficou responsável por construir trecho da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), entre Goiás e Mato Grosso. Os investimentos estimados são da ordem de R\$ 4 bilhões. A bancada do Pará considera ilegal transferir os aportes para o Centro-Oeste, sendo que o trecho renovado é de uma ferrovia que passa pelo Estado paraense.

Todo o dinheiro arrecadado com o leilão de outra ferrovia, a Norte-Sul, vai para o Fundo Nacional Ferroviário, que terá como prioridade a aplicação de recursos no Pará, disse o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**. "Tivemos uma reunião nesta segunda de manhã (ontem) para discutir a questão logística de aproveitamento do Porto de Barcarena e da Ferrovia Paraense", afirmou ao Estadão/ Broadcast o ministro.

"Vamos garantir a logística no Estado do Pará, o que vai viabilizar e facilitar o acesso ao Pacífico, já que Barcarena é o porto mais próximo do Canal do Panamá", acrescentou. Pressão. A decisão foi tomada ontem no Palácio do Planalto. Participaram o candidato ao governo do Pará e o ex-ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho (MDB-PA), o senador Jader Barbalho (MDB-PA), integrantes da federação da agricultura, da indústria e do comércio do Pará, além de técnicos da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e do PPI.

Para o ex-ministro e candidato a governador, a criação do fundo representa uma vitória do Estado, que havia ficado de fora dos planos do governo na área de ferrovias. Senadores do Pará já tinham procurado Temer, no início do mês, para cobrar que a contrapartida para a Vale renovar a concessão de Carajás fosse o traçado final da Norte-Sul.

A linha de 477 km de extensão, prevista para ligar Açailândia (MA), onde a Norte-Sul acaba atualmente, até o Porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA), é um projeto tão ou mais antigo que a Fico. O ex-ministro Helder Barbalho confirmou que esse será o trecho escolhido para os investimentos. Ele já estava

previsto desde a retomada das obras da Norte-Sul, em 2006, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O dinheiro do leilão também vai pagar os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) para a construção do perímetro da Norte-Sul no Pará, a serem feitos pela EPL, e a ponte rodoferroviária de Marabá (PA). Segundo Barbalho, esses dois itens devem custar R\$ 1,2 bilhão e serão pagos com dinheiro da Vale. "O fundo será criado e gerido pelo governo federal, mas o dinheiro será "carimbado" para não haver risco de que uma mudança de governo mude os planos."

Norte-Sul. Subconcessão cuja outorga será destinada ao fundo diz respeito a dois trechos da Ferrovia Norte-Sul, que serão licitados em conjunto, para uma só empresa. Um deles é o Tramo Central, entre Porto Nacional (TO) e Anápolis (GO), com 100% da infraestrutura construída. O outro fica entre Ouro Verde de Goiás (GO) e Estrela D'Oeste (SP), com mais de 90% da construção concluída. Juntos, eles somam 1.537 quilômetros de extensão.

A construção da Norte-Sul começou em 1987. O traçado inicial tinha extensão de 1,5 mil quilômetros entre Açailândia (MA) e Anápolis (GO), mas o projeto foi ampliado e previa a construção de trechos ao norte e ao sul do País. O trecho de 720 km da Norte-Sul entre Açailândia e Palmas (TO) já é operado pela Vale.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Em 15 anos, China investiu US\$ 54 bi no País, mas só 11% do total em projeto novo

Parceiros. Maior parte dos aportes chineses foi para aquisição de empresas: desde 2003, eles compraram 72 projetos já prontos no Brasil, enquanto 29 foram iniciados do zero; 84% dos investimentos estão concentrados em energia, óleo e gás e mineração

De cada US\$ 100 que os chineses investiram no Brasil desde o início do governo do expresidente Lula, apenas US\$ 11 foram direcionados para novos projetos, revela levantamento do governo ao qual o "Broadcast/Estadão" teve acesso. De 2003 a junho de 2018, os chineses injetaram US\$ 54 bilhões no País, mas US\$ 48 bilhões ficaram nos chamados "brownfield", ou seja, projetos que já estavam prontos, em que houve apenas troca de dono.

Somente US\$ 5,95 bilhões vieram para os chamados "greenfield", como são chamados projetos que começam do zero. Nesse tipo de investimento, os benefícios se espalham por outros elos da cadeia produtiva, gerando

crescimento econômico por meio da compra de máquinas, contratação de serviços, geração de empregos e pagamento de impostos.

É a primeira vez que o governo brasileiro consegue mapear e separar com precisão os investimentos que a China tem realizado no Brasil. O resultado foi uma surpresa, pois a expectativa era de um volume maior de investimentos em projetos "greenfield", até mesmo devido aos compromissos assumidos entre os dois países e aos vários anúncios de cartas de intenções de investimentos chineses no Brasil.

Com a crise financeira, as empresas brasileiras ficaram mais baratas para os estrangeiros, e o grosso dos investimentos chineses foi para aquisições. Nos últimos 15 anos, foram adquiridos 72 projetos já prontos, enquanto apenas 29 foram iniciados do zero. Esses são os investimentos já confirmados, de acordo com um boletim sobre investimentos chineses que o Ministério do Planejamento passa a divulgar bimestralmente.

Segundo dados do ministério, 84% dos investimentos estão concentrados em três áreas: energia, óleo e gás e mineração. A presença chinesa cresceu a partir de 2009 e se acelerou rapidamente. "A China se tornou o maior parceiro de investimento em fluxo de recursos", disse o secretário de Assuntos Internacionais do Planejamento, Jorge Arbache, ao Estadão/Broadcast antes de entrar em vigor a regra eleitoral que restringe comunicações oficiais.

Mantido o ritmo atual, os chineses vão liderar nos próximos anos o ranking de estoque de investimentos, título detido por União Europeia e Estados Unidos atualmente. "Brownfield é realmente maior que greenfield, mas é preciso paciência. O brownfield acaba puxado o greenfield", disse o ministro conselheiro da embaixada da China, Qu Yuhui, lembrando que, até 2008, a China tinha investido apenas US\$ 1 bilhão no Brasil.

Ele destacou que investimentos em novos projetos necessariamente envolvem mais riscos. "Precisamos fazer o dever de casa. É preciso de mais informações e de um conhecimento bem maior do mercado brasileiro. Só licenças ambientais de um projeto podem levar de três a quatro anos para serem liberadas." O relacionamento entre o Brasil e China é relativamente curto se comparado a Japão, EUA e Europa, disse Qu Yuhui.

"O Brasil é promissor, mas não é para iniciantes. É um mercado muito particular. A tendência é que o investimento se diversifique." Estratégica, a área de energia tem sido o maior foco dos investimentos da China no País. Alguns setores do governo brasileiro mostram preocupação com o apetite chinês e defendem uma regulação forte para diminuir riscos.

A estatal State Grid, que comprou a CPFL, tem 60% do total de investimentos fora da China alocados no Brasil. No último leilão de linhas de transmissão, no entanto, quem brilhou foi a indiana Sterlite. Procurada, a State Grid informou que sempre busca novos projetos no Brasil, mas reconheceu que a concorrência reduz a atratividade dos investimentos. A China Three Gorges (CTG) comprou as usinas de Jupiá e Ilha Solteira, que pertenciam à Cesp e operam há mais de 40 anos. Mas em cinco anos de Brasil, destaca que investiu também em projetos novos, como a construção de usinas no Pará e Amapá e em Mato Grosso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luana Pavani

Título: Vale bate novo recorde de produção

A mineradora Vale anunciou ontem novo recorde em sua produção de minério de ferro para um segundo semestre. Entre abril e junho, a companhia extraiu 96,8 milhões de toneladas do produto, alta de 5,3% ante igual período de 2017. A companhia destacou, em comunicado, que o volume foi atingido "apesar da ruptura nos sistemas produtivo e logístico em todo Brasil, causada pelos 12 dias de greve nacional de caminhoneiros em maio".

A empresa disse ter superado o problema com uso alternativo de ferrovias para transporte de insumo e ajuste de métodos de mineração. Houve também recorde de vendas para um segundo trimestre, somando 86,5 milhões de toneladas de minério e pelotas, um crescimento de 4,8 milhões de toneladas em relação ao mesmo período de 2017. O aumento das vendas de minério foi de 5,8%, enquanto a de pelotas subiu 6%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rafael Bitencourt | De São Paulo e Brasília

Título: Eletrobrás pretende cobrar da União perdas com privatização

Praticamente sem escolha a não ser continuar operando as distribuidoras deficitárias do Norte e Nordeste até o fim do ano, a Eletrobrás deve cobrar da União, na data em que devolver definitivamente as concessões, um ressarcimento do prejuízo apurado no período de "designação".

Segundo a própria Eletrobrás, entre julho de 2016 e março deste ano, as seis empresas já causaram perdas da ordem de R\$ 5 bilhões à estatal. Com o provável adiamento do período de designação até dezembro, o prejuízo deve

crescer, a despeito da exigência dos acionistas de que a remuneração recebida pela estatal para operar as distribuidoras seja readequada.

A estatal estima que o déficit de caixa das distribuidoras até julho, quando termina o prazo atual da designação, é de R\$ 5,8 bilhões. Para o período de agosto e dezembro, as projeções de déficit de caixa vão de R\$ 1,8 bilhão a R\$ 3,2 bilhões, caso não se tenha recursos de encargos setoriais para serem injetados nas distribuidoras.

Diante da baixa probabilidade de que a tarifa e os encargos recebidos pela Eletrobrás sejam suficientes para bancar as distribuidoras até o fim do ano, cresce a possibilidade de uma judicialização dos minoritários contra a União.

Os acionistas da Eletrobrás vão decidir em uma assembleia geral extraordinária (AGE) em 30 de julho se prorrogam ou não o prazo de designação das distribuidoras até 31 de dezembro. A proposta da administração exige a readequação da remuneração paga hoje à estatal para fazer a gestão das distribuidoras de energia. Essa mesma condição, porém, esteve presente nas outras duas AGEs que aprovaram que a Eletrobrás continuasse operando as distribuidoras, agora chamadas de "designadas", até sua privatização.

A ideia é impedir que os prejuízos apurados pela companhia continuem crescendo até que as distribuidoras sejam definitivamente vendidas - ou liquidadas.

O adiamento parece uma solução simples diante da impossibilidade da realização do leilão, mas esconde uma situação complicada para o governo.

De um lado, a manutenção das concessionárias sob gestão da estatal com remuneração inadequada pode ser motivo para os administradores serem acusados de gestão temerária. Os acionistas que votarem dessa forma também podem ser responsabilizados. A adequação do montante pago à Eletrobrás, por sua vez, deve ser feita por meio de encargos setoriais, o que implica um risco de ações judiciais contra a União.

A terceira opção seria a liquidação das concessionárias, e posterior licitação das concessões do zero. O **Valor** apurou, porém, que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não está preparada para isso, pois não houve uma definição pelo poder concedente. Todas as apostas do governo estão no sucesso do leilão de privatização, que não tem data certa para acontecer e enfrenta sucessivos problemas na Justiça.

Em entrevista concedida ao **Valor** na sexta-feira, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse que, sem a aprovação do PL, as distribuidoras serão liquidadas. "A Eletrobrás não vai mais prestar o serviço, as empresas já estão

com a concessão vencida, em situação precária. Nunca tivemos uma situação dessas. É grave. Por isso que botamos a privatização das distribuidoras como a prioridade número um, junto com a cessão onerosa", afirmou.

A Eletrobrás devolveu as concessões à União em 2016, mas aceitou continuar operando as distribuidoras de forma designada enquanto o governo preparava o leilão de privatização. Esse prazo terminaria em dezembro do ano passado, mas foi postergado até o fim de julho devido aos atrasos no cronograma da operação. O leilão estava marcado para 26 de julho, mas deve ser adiado para agosto por força de ações judiciais.

A proposta da administração da Eletrobrás condiciona à postergação do prazo à adequação, pelo poder concedente, da remuneração recebida pela companhia para operar, manter e fazer investimentos relacionados à prestação de serviços pelas companhias.

Por lei, o governo é obrigado a licitar novamente as concessões de distribuição devolvidas pela Eletrobrás. O problema é que, se o leilão envolver os ativos separados das concessionárias, a estatal ficará com todo o prejuízo, estimado em cerca de R\$ 22 bilhões. Esse seria o custo da liquidação das seis distribuidoras de energia.

Um eventual fracasso no leilão ou uma decisão surpreendente da Eletrobrás de devolver as concessões definitivamente poderiam obrigar a Aneel a realizar às pressas uma licitação de nova concessão para cada uma delas. O risco, na ausência de um leilão, é de que os consumidores de energia dos seis estados (Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Piauí e Alagoas) fique desamparado.

No passado, a Aneel usou o mecanismo da intervenção em outras concessões que tiveram problemas - o caso mais emblemático é do das distribuidoras do Grupo Rede. Nesse caso, a agência reguladora afastou gestores de cargos mais altos e nomeou interventores para administrar as companhias.

No caso das distribuidoras da Eletrobrás, porém, a Aneel entende que não pode recorrer à alternativa. Como a Eletrobrás devolveu as concessões, o entendimento é que não há concessões as quais a Aneel possa regular ou intervir. A decisão precisaria vir, primeiramente, do poder concedente.

Segundo uma fonte, havia uma espécie de "acordo informal" da equipe técnica do Ministério de Minas e Energia com a Aneel a esse respeito. Enquanto o governo preparava a privatização das companhias, a agência, paralelamente, deveria preparar um possível leilão para as concessões, separadas do CNPJ das distribuidoras.

Isso, no entanto, não foi feito, apurou o **Valor**. A Aneel contava com o sucesso da venda das distribuidoras até o fim do mês. Sem isso, a única saída que não inviabiliza a prestação de serviço por parte da Eletrobrás é a aprovação do novo prazo de designação, até o fim do ano. Há uma tese jurídica que a estatal não tem escolha nesse caso, pelo seu caráter estatal. Ela seria a "designada compulsória".

Como sociedade de economia mista, no entanto, a Eletrobrás tem a obrigação de defender o interesse de seus acionistas, e não pode ser obrigada ter prejuízos bilionários. "O governo não pode impor o custo do fracasso da gestão aos investidores da Eletrobrás", disse uma fonte, que enxerga na situação uma "chantagem" que vai acabar impondo custos aos sócios minoritários e aos consumidores de energia de todo o país. **(Colaboraram Rodrigo Polito, do Rio, Estevão Tair e Catherine Vieira, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Governo corre contra o tempo para fazer leilão da cessão onerosa

O cronograma para leiloar os excedentes da cessão onerosa no pré-sal está por um fio, segundo avaliam assessores presidenciais. Para dar tempo de fechar um entendimento prévio com a Petrobras e organizar o certame ainda neste ano, o governo tem uma certeza: o Senado precisa aprovar o projeto de lei que dará segurança jurídica ao acordo até a segunda semana de agosto, sem nenhuma mudança em relação ao texto vindo da Câmara, a fim de evitar um prolongamento da tramitação.

Se houver modificações, o PL voltaria para análise dos deputados. Uma vez aprovado, ele teria que receber uma "sanção expressa" do presidente Michel Temer, sem uso do prazo habitual de 15 dias para um pente-fino na versão final do texto.

Funcionários do governo que acompanham de perto as tratativas sobre a cessão onerosa dão, como exemplo, os preparativos da 5ª Rodada do pré-sal para ilustrar essa corrida contra o tempo: foram quatro meses e 24 dias entre a decisão oficial de organizá-la e a sua realização efetiva. O leilão está marcado para o dia 28 de setembro. Nunca a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) havia sido tão ágil em seus procedimentos. No caso dos excedentes da cessão onerosa, o intervalo seria ainda menor, com muito mais passos a percorrer no caminho.

Por isso, autoridades energéticas já começam a falar internamente sobre o desenho do leilão. Uma das prováveis configurações é a divisão dos excedentes, que têm pelo menos seis bilhões de barris de petróleo, em vários lotes. Hoje se fala em pelo menos três áreas, mas o número ainda pode crescer. A tendência é não licitar essas reservas em um único bloco. Estima-se que o bônus de assinatura alcançará mais de R\$ 100 bilhões. Mesmo fatiando o leilão em blocos, a conta é alta para as maiores petroleiras do mundo. Mas conversas informais feitas pelo governo com as gigantes do setor indicam que elas estão dispostas a entrar, principalmente se puderem dividir a conta em lotes e mais de um ano.

Outra decisão já praticamente tomada é fixar regras de conteúdo local semelhantes às do contrato original de cessão onerosa com a Petrobras. Como já existem sondas e equipamentos em atividade, que podem ser reaproveitados em novas campanhas de exploração em áreas contíguas, a ordem é não fazer mudanças nos índices de nacionalização para evitar instabilidade. Assim, o leilão seria feito com indicadores mais rígidos do que os últimos.

Apesar do otimismo cauteloso do governo em fazer o leilão dos excedentes no dia 29 de novembro, o mercado já considera essa data pouco realista. Em relatório na sexta-feira, o UBS argumenta que o certame provavelmente ficará para 2019. "Mantivemos uma visão positiva por um tempo sobre as negociações da cessão onerosa, com os resultados possivelmente trazendo alguma vantagem para a Petrobras. Também temos sido positivos quanto a uma decisão em 2018, mas agora acreditamos que o leilão ficará para 2019", escreveram os analistas Luiz Carvalho e Gabriel Barra.

O UBS destaca que o leilão dos excedentes está associado ao acordo entre União e Petrobras. O banco lembra que houve avanços nas últimas semanas, citando a aprovação na Câmara do projeto que traz as bases para a negociação e a flexibilização das diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o acompanhamento de privatizações - o TCU passará a adotar somente em 2019 a exigência de que informações sobre a licitação sejam enviadas ao órgão de controle 150 dias antes da publicação do edital, o que inviabilizaria a oferta dos excedentes neste ano.

"Apesar das boas notícias, o governo terá um cronograma muito apertado e, portanto, acreditamos que o leilão provavelmente não acontecerá no final do ano. O tempo está acabando e alguns obstáculos devem ser superados", afirma o relatório.

Segundo os analistas, entre os obstáculos a serem superados estão a aprovação do PL no Senado, a sanção presidencial, a aprovação do acordo no comitê de minoritários e no conselho de administração da Petrobras, a aprovação do leilão

pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a convocação da rodada pela ANP. **(Colaborou André Ramalho, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner, Rodrigo Polito e Camila Maia | De Rio, São Paulo e Brasília

Título: Intenção é vender Cepisa este mês e outras cinco em agosto

O governo pretende manter o leilão da Cepisa, distribuidora da Eletrobrás no Piauí, em 26 de julho, e licitar as outras cinco distribuidoras da empresa em 30 de agosto, confirmou ontem o ministério do Planejamento.

A manutenção do leilão, contudo, ainda depende da derrubada de uma liminar que suspendeu o edital da venda das distribuidoras. Já a venda das demais está associada à aprovação pelo Senado do projeto de lei (PL) que estabelece algumas regras para essas distribuidoras que favorecem um melhor preço para elas.

Na última semana, uma liminar da Justiça do Rio de Janeiro determinou que o BNDES suspendesse o edital. O banco, então, publicou um fato relevante anunciando a suspensão do cronograma que previa a venda das empresas no fim deste mês.

A situação teve repercussão negativa no mercado financeiro, mas o governo aproveitou para amadurecer a ideia de vender em bloco todas as distribuidoras após a aprovação do PL, que só pode ocorrer na volta do recesso parlamentar, em agosto.

Outra liminar, da Justiça do Piauí, paralisou a venda da Cepisa devido a um erro na ata da assembleia que autorizou a operação. Ainda na semana passada, a Justiça do Piauí autorizou a retomada da venda do controle da Cepisa, desde que a ata da assembleia de 21 de março seja corrigida para a retirada do nome do funcionário da Eletrobrás que, na verdade, não estava presente. Porém, a liminar do BNDES ainda está vigente, impedindo, na prática, que o certame ocorra.

Sem a aprovação do PL pelo Senado, três distribuidoras poderiam ser leiloadas, embora haja algum risco de perda de valor na Ceron (RO) e na Eletroacre nos lances a serem dados pelos investidores. Só a Cepisa não tem risco de perda de valor. Se o PL não for aprovado, contudo, as outras distribuidoras, Amazonas e Roraima teriam chances remotas de serem leiloadas neste ano, o que é fonte de preocupação em parte do governo.

Em entrevista exclusiva ao **Valor** publicada ontem, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, já havia indicado a preferência por leiloar praticamente todas as distribuidoras de uma vez, após a aprovação do PL no Senado. A visão da área econômica é que, se não forem privatizadas, as distribuidoras terão que ser liquidadas pela Eletrobrás porque dão prejuízo elevado e suas concessões já estão vencidas, sendo renovadas de maneira precária para que elas possam continuar existindo até serem privatizadas.

A distribuidora Ceal, de Alagoas, não depende do PL. Mas a sua privatização também está suspensa por uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski. A liminar foi obtida pelo governo do Estado, que alega ter a receber da União recursos pela federalização da distribuidora, no fim dos anos 1990. O governo alagoano diz ter a receber um valor da ordem de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,7 bilhão, que possibilitaria um abatimento da ordem de 20% da dívida do Estado com a União, de cerca de R\$ 7 bilhões.

Segundo o secretário de Fazenda de Alagoas, George Santoro, porém, o Estado está disposto a negociar com a União para permitir a realização do leilão. "Há uma predisposição do Estado a fazer um acordo. O Estado não tem interesse em prejudicar a privatização [da Ceal]", disse o secretário ao **Valor** na semana passada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: Acordo transformou modelo econômico e reduziu peso do petróleo

Desde a implementação do Nafta, a economia mexicana sofreu uma profunda transformação, na qual o petróleo tem cada vez menos peso e os setores de indústria e serviços crescem.

Petróleo bruto e derivados correspondiam em 1995 a 9% das exportações do México e hoje não chegam a 4%, de acordo com o Atlas de Complexidade Econômica, da Universidade Harvard. Produtos manufaturados atualmente respondem por 70% do total exportado. Os EUA são destino de 80% das exportações mexicanas.

O setor de serviços, cada vez mais proeminente, é hoje responsável por 60% do PIB. Os ramos mais importantes são os setores financeiro, de turismo e transporte voltado para o comércio exterior.

Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), do início do mês, mostra que nas últimas décadas, a estrutura produtiva do México

passou por mudanças orientadas por políticas públicas, nas quais a manufatura destinada à exportação foi a principal protagonista.

Apesar de o início da orientação exportadora do México estar associada a programas de fomento industrial com as indústrias "maquiladoras", depois da adesão do México ao Gatt e a abertura comercial impulsionada pelo Nafta, o setor manufatureiro começou a ser o principal destino de investimentos estrangeiros. O documento destaca que entre 2010 e 2017, o setor manufatureiro, em especial a indústria automotiva, eletrônica e aeroespacial, foi responsável por 54% das entradas de investimento estrangeiro direto (IED).

O documento observa que, em 2017, a indústria automotiva registrou níveis históricos de produção, exportações e IED, apesar da incerteza gerada pela renegociação do Nafta. "Atualmente, nove dos dez maiores fabricantes dessa indústria e a grande maioria dos fornecedores de primeiro nível do mundo têm operações no México", ressalta. Hoje existem cerca de 2.600 produtoras de partes, peças e componentes.

Os principais segmentos da indústria eletrônica no país são liderados por empresas estrangeiras. Entre 1999 e 2017, diz a Cepal, a indústria eletrônica recebeu US\$ 20 bilhões em IED. Hoje, o México é o segundo país que mais exporta equipamentos eletrônicos, como televisores, e o terceiro maior exportador de computadores.

Com o Nafta, afirma Andrés Rozental, ex-vice-chanceler do México com experiência em comércio exterior, a indústria maquiladora "praticamente desapareceu do México". "As maquilas eram antes uma forma de exportar aos EUA quase sem impostos. Com o Nafta, a necessidade de maquilas deixa de existir."

Segundo o Serviço de Pesquisa do Congresso dos EUA, em 1994, quando o Nafta entrou em vigor, o estoque de IED dos EUA no México era US\$ 17 bilhões (ou 3,2% do PIB). Em 2016 chegou a US\$ 87,6 bilhões (8,7 %do PIB). Mais de 80% das exportações do México têm como destino os EUA. Em 1993, foram US\$ 39,9 bilhões de produtos mexicanos para os EUA. Em 2017, as exportações mexicanas para os EUA somaram US\$ 223,4 bilhões.

Mario Cimoli, secretário executivo adjunto interino da Cepal, prevê que, se o Nafta acabar, o PIB do México deve sofrer impacto de entre 1 e 2 pontos percentuais.

Mesmo assim, afirma Ernesto Revilla, economista-chefe do banco Citi para a América Latina, o modelo econômico orientado para exportações deve continuar.

"López Obrador já disse que manterá os elementos essenciais do modelo mexicano, sobretudo no que se refere a uma economia aberta, integrada ao mundo, e com responsabilidade macroeconômico. Então, o que deu certo nas últimas décadas para o México, seguirá."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Paula Selmi | Do Rio e São Paulo

Título: Barril de petróleo a US\$ 70 garante meta da Petrobras

A manutenção do preço do barril do petróleo em patamar superior a US\$ 70 deve garantir o cumprimento pela Petrobras da meta de desalavancagem no fim de 2018, de 2,5 vezes a dívida líquida sobre Ebitda, na avaliação de analistas ouvidos pelo **Valor**. Com esse cenário de preços de petróleo, o principal compromisso firmado pela petroleira com o mercado deve ser alcançado mesmo com os efeitos da liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao plano de desinvestimentos da companhia.

"De fato, isso [liminar do STF] pode atrapalhar um pouco [a alavancagem], mas está prevista a entrada em caixa da venda de alguns ativos que já foram anunciadas e, acima de tudo, o petróleo mais alto ajuda muito", disse um analista de um grande banco, ao **Valor**.

Pelas contas do analista, se o preço internacional do petróleo permanecer entre US\$ 70 e US\$ 80 o barril, assumindo que não haverá uma mudança na política de preços da gasolina, a Petrobras deverá entregar um Ebitda próximo de R\$ 120 bilhões em 2018. Esse valor seria equivalente a algo em torno de US\$ 32 bilhões. Para estourar a meta de alavancagem para o fim do ano, a dívida teria que ficar acima de US\$ 80 bilhões, "o que não parece ser o caso", completou ele.

No fim de junho, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, concedeu liminar proibindo a venda do controle de estatais - e suas subsidiárias - sem o aval do Congresso. Depois dessa decisão, a Petrobras interrompeu o processo de parcerias e venda de ativos na área de refino, na Transportadora Associada de Gás (TAG) e na fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados.

Embora acredite que a estatal petrolífera atingirá a meta de desalavancagem no fim do ano, o UBS destacou, em recente relatório, que a suspensão do processo de venda desses ativos representa uma nova ameaça ao plano de desinvestimentos e desalavancagem da petroleira.

Nos cálculos do banco suíço, a companhia deverá fechar o ano com alavancagem de 2,26 vezes, dentro, portanto, da meta. Considerando que a empresa consiga vender a TAG por US\$ 9 bilhões, esse indicador cairia para 2,03 vezes, o que reitera a visão do banco de que esse ativo é um dos principais do plano de vendas da petroleira.

Questionada sobre o assunto, a Petrobras informou ao **Valor** que a meta de desalavancagem de 2,5 vezes a dívida líquida/Ebitda está "mantida para este ano".

"A Petrobras possui liquidez suficiente para prescindir de operações de captações ao longo deste ano, como prevê o seu plano de negócios. A companhia possui recursos em caixa para fazer frente, aproximadamente, aos próximos quatro anos de amortização da dívida, além da contratação das linhas de revolving, que funcionam como uma espécie de cheque especial, que trazem ainda um colchão de liquidez adicional", completou a Petrobras, em nota.

Mesmo com liminar do STF que afeta desinvestimentos, empresa deve atingir meta de endividamento

Em entrevista exclusiva ao **Valor** na última semana, o presidente da estatal, Ivan Monteiro, reiterou a manutenção da meta de desalavancagem para 2018, mesmo após a suspensão da negociação de venda das refinarias e da TAG. Ele, no entanto, disse que a liminar aumenta o desafio em relação ao cumprimento da meta de desinvestimentos para 2017-2018, de US\$ 21 bilhões. Ele acrescentou que o programa de desinvestimentos da companhia é o que dá a "dinâmica de redução" do endividamento.

"A situação financeira melhorou bastante, embora o tamanho da dívida ainda seja muito alto. Mas houve uma melhora significativa no perfil da dívida. Poderíamos ficar hoje entre dois anos e meio a três anos sem tomar uma dívida nova, fazendo frente ao pagamento de principal e juros com a nossa posição de caixa", completou Monteiro ao **Valor** na ocasião.

No primeiro trimestre deste ano, a alavancagem da Petrobras estava em 3,52 vezes, ante 3,67 registrado no fim de 2017. Na mesma comparação, a dívida líquida recuou de US\$ 94,99 bilhões para US\$ 81,45 bilhões. O resultado do segundo trimestre está previsto para ser divulgado em 3 de agosto.

Em dezembro do ano passado, durante apresentação da atual versão do plano de negócios da Petrobras, a companhia estimou que, considerando o cenário daquela época, o preço do barril de petróleo tipo Brent em torno de US\$ 70 asseguraria um nível de endividamento de 2 vezes. O barril do Brent encerrou a

última semana na casa de US\$ 75. (Colaboraram André Ramalho, do Rio, e Ivo Ribeiro, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Sindicatos cancelam greve prevista na Eletrobrás

Os funcionários da Eletrobrás recuaram da decisão de realizar uma greve nesta terça-feira e realizarão apenas um ato, às 12h, em frente ao escritório da companhia no centro do Rio. O protesto é contra a privatização das distribuidoras e da holding e a venda de ativos e pela renúncia do presidente da empresa, Wilson Ferreira Júnior.

Os sindicatos ligados às áreas de geração e transmissão do grupo Eletrobrás decidiram rever a paralisação de 24h prevista para esta terça-feira, depois que a diretoria da estatal sinalizou que pretende avançar com relação às discussões sobre o pagamento de participação nos lucros e resultados (PLR) referente ao exercício de 2017. Uma reunião entre as partes para discutir o assunto foi marcada para a próxima quinta-feira.

Até a última semana, a Eletrobrás havia desistido de avançar na discussão da PLR de 2017, depois que relatório da Controladoria Geral da União (CGU) concluiu que os empregados da estatal teriam que devolver R\$ 75 milhões recebidos indevidamente de PLR em 2012 e 2013. Segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia Elétrica e Região do Rio de Janeiro (Sintergia-RJ), Emanuel Torres, os dois assuntos não têm relação entre si.

"Faremos um grande ato na porta da Eletrobrás, na terça-feira, contra a privatização e pedindo a saída do presidente" disse o diretor. "Como a Eletrobrás aceitou marcar a reunião para discutir a PLR, decidimos não fazer a paralisação", completou ele.

Questionado sobre o relatório da CGU, cuja informação foi publicada com exclusividade pelo **Valor** na última semana, o diretor disse que discorda das avaliações do órgão. "Em 2012 e 2013, a Eletrobrás pagou dividendos a minoritários e a União. E agora querem cobrar de volta a PLR dos trabalhadores.

Apesar do recuo nas áreas de geração e transmissão, Torres contou que os funcionários das seis distribuidoras que a Eletrobrás planeja privatizar deverão fazer paralisação de 24 horas nesta terça-feira, contra a venda das empresas. As

distribuidoras estão situadas no Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Piauí e Alagoas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: State Grid rebate minoritários da CPFL Renováveis em disputa na CVM

A State Grid rebateu os questionamentos apresentados pelos minoritários da CPFL Renováveis no processo sobre a oferta pública de aquisição de ações (OPA) da companhia elétrica, pedindo que sejam desconsiderados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A chinesa solicitou que a autarquia dê seguimento ao processo de registro da oferta, mesmo que a sua área técnica opte por continuar avaliando as queixas dos sócios.

No começo do mês, a State Grid elevou o preço proposto na OPA da CPFL Renováveis de R\$ 12,20 para R\$ 13,81 por ação. Na nova demonstração justificada de preços, a chinesa utilizou a metodologia de Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos depreciação e amortização) proporcional para comparar CPFL Energia e CPFL Renováveis.

Na ocasião da proposta do novo preço, a State Grid disse que tinha decidido utilizar o Ebitda anual e as previsões de crescimento da Renováveis "como forma de demonstrar sua boa-fé e seus esforços para cumprir as exigências da decisão do colegiado da CVM." A chinesa precisou apresentar a nova justificativa de preços para atender a autarquia, que solicitou os novos cálculos após rejeitar as explicações apresentadas pela chinesa em um longo embate, que se arrasta há mais de um ano.

Chinesa alega que sócios da Renováveis não buscam tratamento igualitário, e sim preço maior para ações

A oferta é obrigatória em razão da aquisição do controle indireto da CPFL Renováveis pela State Grid, depois que a chinesa comprou a CPFL Energia, em julho de 2016. Minoritários foram à CVM questionar o valor proposto e a autarquia abriu um processo se havia ou não tratamento igualitário aos sócios da Renováveis.

O preço proposto na nova justificativa, porém, ficou abaixo dos R\$ 17,64 por ação calculados pela área técnica da CVM usando a mesma metodologia. A explicação para isso, segundo a State Grid, foi a atualização e correção de premissas usadas pelos técnicos da autarquia. Foram alteradas, por exemplo,

projeções do crescimento das duas companhias, pois as que tinham sido utilizadas seriam antigas.

Os minoritários, por sua vez, questionaram novamente os valores pedidos. Segundo eles, a State Grid criou uma "narrativa oportunista e fictícia" para o caso, ao utilizar dados gerenciais do balanço da CPFL Energia no lugar dos números calculados de acordo com os padrões contábeis internacionais (IFRS). Os acionistas alegaram ainda que o cálculo não considerou diferenças entre as companhias, como tributação, custo de dívida e prazos da concessão.

Argumentando que seria a saída para resolver o impasse e evitar nova discussão em torno da metodologia da justificativa de preços, os minoritários sugeriram que a CVM peça à State Grid que pagasse um montante com base nas cotações das ações da Renováveis no mercado, já que essa seria a mesma utilizada para sustentar o preço pago pela CPFL Energia na época, de R\$ 25 por ação. Se o mesmo prêmio aplicado à cotação média da CPFL Energia nos 60 pregões anteriores à transação for aplicado às ações da Renováveis, o preço seria de R\$ 16,74, acima dos R\$ 12,20 da primeira oferta e dos R\$ 13,81 da nova proposta.

Ao responder esse pleito, a State Grid disse que os minoritários, "como um disco quebrado", estão desrespeitando a decisão da CVM que "expressamente" aceitou a metodologia de Ebitda proporcional, "solicitando apenas alguns ajustes na sua implementação."

Segundo a chinesa, a elaboração da proposta de aquisição do controle da CPFL Energia por R\$ 25 por ação não teve uma "preponderância" entre os métodos utilizados na conta. O documento arquivado na CVM ontem diz que ambos os métodos, Ebitda proporcional e valor de mercado, foram igualmente levados em consideração durante as negociações privadas que resultaram no preço da transação.

"A reclamação deixa claro que os reclamantes não estão à procura de tratamento igualitário no âmbito da oferta, muito menos do cumprimento da decisão do colegiado, mas sim de aproveitar a oportunidade da transação para tentar vender suas ações pelo maior preço possível", diz a resposta da empresa chinesa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes, Alessandra Saraiva e Ivan Ryngelblum | Do Rio e São Paulo

Título: Vale anuncia novos recordes de vendas e produção no 2º tri

A Vale confirmou ontem o bom momento pelo qual passa a empresa ao anunciar novos recordes de produção e de vendas de minério de ferro para um segundo trimestre do ano. A mineradora produziu 96,8 milhões de toneladas da commodity de abril a junho, alta de 5,3% sobre igual período do ano passado, e vendeu 73,3 milhões de toneladas do produto, com aumento de 5,8% sobre o segundo trimestre de 2017. O desempenho foi garantido apesar da greve dos caminhoneiros, que paralisou o país por cerca de dez dias em maio. Como tem logística própria ligando minas, ferrovias e portos, a empresa conseguiu passar pela greve sem sofrer maiores problemas. Para superar os gargalos, a empresa transportou insumos por ferrovias e fez ajustes em suas atividades de mineração.

Agora, as atenções do mercado se voltam para o dia 25 deste mês, quando a Vale vai divulgar os resultados financeiros do segundo trimestre do ano. A expectativa é que o desempenho seja consistente. Os indicadores operacionais devem ser garantidos por preços relativamente estáveis do minério de ferro - ontem o produto com 62% de teor de ferro era negociado no porto chinês de Qingdao a US\$ 64,56 por tonelada - e também pela ênfase dada pela companhia ao minério de maior qualidade no seu portfólio, que assegura o pagamento de "prêmios" sobre os preços de referência no mercado.

O prêmio do minério de ferro com 65% de teor de ferro aumentou para uma média de US\$ 20,2 por tonelada no segundo trimestre ante um prêmio de US\$ 16 por tonelada na média do primeiro trimestre do ano, informou a companhia no relatório de produção. Outro elemento que também conta a favor da Vale é o aumento crescente da produção de minério de ferro do S11D, sua mais nova mina em Carajás, no Pará, que agrega qualidade ao seu "mix" de vendas. A Vale informou ainda que pretende retomar a formação de estoques "offshore" (no exterior).

Uma novidade no balanço da Vale em reais, no dia 25, será a apresentação, pela primeira vez, do chamado lucro líquido recorrente, que exclui efeitos não-caixa do lucro líquido tais como baixa de ativos e variação cambial, entre outros itens. A desvalorização de quase 15% do real frente ao dólar mercado no segundo trimestre beneficia uma empresa exportadora como a Vale, que é toda dolarizada, tendo seus preços de referência, suas receitas e sua dívida em dólar. Cerca de metade dos custos da empresa são em reais, no Brasil. Contabilmente, porém, a desvalorização do real frente ao dólar tem efeito não-caixa sobre o resultado da companhia em reais, considerando-se justamente a dívida atrelada à moeda norte-americana.

O efeito da variação cambial é meramente contábil pois 67% do vencimento da dívida da Vale vai se dar depois de 2022. A Vale acredita, portanto, que o lucro líquido não é a melhor métrica para medir o seu resultado pois ele é impactado

por flutuações cambiais, daí que a empresa tenha tomado a decisão de passar a divulgar também o lucro líquido recorrente. Operacionalmente, porém, a desvalorização do real deverá ter vários efeitos positivos no resultado da empresa no segundo trimestre.

Pelos números do segundo trimestre, a Vale confirmou que deve ficar próxima da meta de produção prevista para este ano, de 390 milhões de toneladas de minério de ferro. Segundo a companhia, no segundo semestre de 2018, os volumes devem ficar acima de 100 milhões por tonelada em cada trimestre. No primeiro semestre, a produção de minério de ferro da companhia totalizou 178,7 milhões de toneladas, sendo que somente a produção do segundo trimestre foi de 96,8 milhões de toneladas, 5,3% acima da verificada em igual período do ano passado.

Como já dito pelo presidente da Vale, Fabio Schvartsman, embora a Vale vá atingir este ano capacidade de produção de 450 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, a empresa não produzirá mais do que 400 milhões de toneladas em 2018, privilegiando margens ao invés de volumes. Outro segmento que bateu recorde de vendas de abril a junho foi o de pelotas de minério de ferro. A produção de pelotas somou 12,8 milhões de toneladas no segundo trimestre, alta de 5,1% sobre 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner, Carla Araújo e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Temer promete nova ponte e dinheiro da Norte-Sul para tranquilizar o Pará

O governo federal resolveu compensar o Pará com novos investimentos em ferrovias para pacificar o embate político que envolve a renovação antecipada do contrato de concessão da Estrada de Ferro Carajás (EFC), da Vale.

Em reunião com empresários paraenses e com a família Barbalho, uma das mais fortes no Estado, o presidente Michel Temer prometeu três contrapartidas à decisão de obrigar a empresa a construir uma ferrovia de 383 km no Mato Grosso em troca da renovação contratual da EFC.

O Pará e seus caciques políticos reclamaram que o Estado teria saído de mãos vazias no acordo bilionário em reta final de costura entre a União e a Vale.

A primeira medida acertada por Temer foi a criação, provavelmente por medida provisória, de um fundo ferroviário que vai absorver os recursos da outorga do leilão da Norte-Sul. O certame só depende de aval do Tribunal de Contas da

União (TCU) e tem lance mínimo fixado no valor de R\$ 1,097 bilhão. Deve ser realizado no último trimestre e ganhará quem oferecer o maior ágio.

O pagamento da outorga será dividido em 30 parcelas anuais, que é a vigência do contrato, mas o eventual valor do ágio entra de uma única vez. O dinheiro não irá para Tesouro Nacional, mas para o fundo, que pode começar com um aporte significativo e vai ter cláusulas específicas para uso dentro do território paraense.

Outra decisão é iniciar imediatamente os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do trecho ferroviário entre Açailândia (MA) e Barcarena (PA). Trata-se do prolongamento da Norte-Sul em direção aos portos no norte do Pará. Os estudos serão bancados pela Vale e tocados pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Com o estudo de viabilidade e os recursos entrando no fundo, a expectativa é que finalmente possa se iniciar a obra de uma nova ferrovia no Pará, mas com a seguinte definição prévia: a construção começará necessariamente por Barcarena, polo portuário que se desenvolve na região com Vila do Conde, de onde pode seguir tanto como ramal da Norte-Sul como parte de um projeto estadual.

Finalmente, a União topou incluir uma nova ponte rodoferroviária em Marabá (PA) como exigência para prorrogar o contrato da EFC. A ponte é avaliada em cerca de R\$ 1 bilhão e está sendo incluído no Plano Nacional de Logística (PNL). A obra também vai ser assumida pela Vale.

O entendimento foi uma vitória pessoal de Helder Barbalho, ex-ministro da Integração Nacional do próprio Temer e pré-candidato ao governo do Pará pelo MDB, que levou empresários do Estado para levar a insatisfação com o modelo de prorrogação das concessões de ferrovias. Ele se reuniu ontem com o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, e depois conseguiu audiência não programada com o presidente. Seu pai, o senador Jader Barbalho (MDB-PA), acompanhou.

"O acordo propicia as condições para o desenvolvimento da infraestrutura ferroviária no Pará, que não havia sido contemplado devidamente no modelo exposto duas semanas atrás, e pode ser entendido como benéfico para todos os lados", comentou Helder Barbalho ao **Valor**.

Desde que anunciou que usaria recursos da prorrogação para construir a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), a União tem recebido manifestações contrárias de governos estaduais. Na semana passada, o governo do Espírito

Santo ingressou com ação contra outra prorrogação de contrato de ferrovia com a Vale, na linha Vitória-Minas - também para garantir recursos para a Fico.

Os empresários locais foram representados pelos presidentes do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac-PA, Sebastião Campos, do Sistema Fiepa, José Conrado Santos, e da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), Carlos Xavier.

No Planalto, a equipe de Temer informou que já não era mais possível recuar da decisão sobre o modelo das ferrovias. Há forte convicção de que é a única alternativa para direcionar recursos privados para expansão da malha ferroviária no curto prazo. A própria mineradora, inclusive, já havia conseguido sinal verde do conselho de administração para dar andamento às negociações.

O contrato da EFC, bem como o da Vitória-Minas, expira em 2027. Ao antecipar sua renovação, o governo pretende garantir mais 30 anos de direito de exploração, em troca de investimentos bilionários na expansão da rede.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Belo Horizonte

Título: MPT multa Usiminas em R\$ 100 milhões por eleição do CA

A ação civil pública aberta pelo Ministério Público (MPT) do Trabalho de Minas Gerais contra a Usiminas e os representantes dos funcionários no conselho de administração da companhia exige, além de novas eleições, pagamento de multa e quebra de sigilo fiscal e bancário de um dos envolvidos.

No início de fevereiro, Luiz Carlos de Miranda Faria foi eleito representante dos trabalhadores no conselho da siderúrgica, tendo Edílio Ramos Veloso como suplente. Ambos são réus na ação, conjuntamente com a Usiminas.

Segundo a peça, o procurador do Trabalho Adolfo Jacob apresentou provas de que as duas últimas eleições (2016 e 2018) foram "dirigidas e viciadas por fraudes generalizadas, que comprometeram a democracia, a transparência e a lisura nos processos eleitorais". A intenção, diz o procurador, seria eleger o candidato escolhido pela direção da empresa.

Procurador diz que eleições de Luiz Carlos de Miranda ao conselho foram "dirigidas e viciadas por fraudes"

Devido a essas acusações, o MPT exige, entre outras medidas, o pagamento de R\$ 100 milhões da Usiminas e de R\$ 5 milhões por Miranda, "pela extensa,

longa, profunda e até agora inexpugnável deformação dos institutos de representação coletiva dos trabalhadores, que assistem impotentes, há gerações, a este estado de coisas onde 'manda quem pode e obedece quem tem juízo'", diz a peça.

Além disso, o procurador solicita quebra do sigilo fiscal e bancário de Miranda desde 2009, realização de novas eleições para as vagas em até 90 dias e perícia judicial na contabilidade do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (Sindipa) com relação a todos os pagamentos e empréstimos feitos pela empresa Usiminas e sua controlada, Fundação São Francisco Xavier.

O MPT afirma que o regulamento da eleição foi elaborado de forma unilateral pela empresa, sem qualquer participação de sindicatos integrantes da base dos trabalhadores. "O processo eleitoral não assegurou a mínima possibilidade de efetiva participação e fiscalização por parte dos trabalhadores e de sindicatos que os representam, tendo sido conduzido sob absoluto controle da própria empresa."

Miranda está impedido de exercer cargo de gestão no Sindipa, desde 2011, por força de um acordo judicial.

Entre as acusações do MPT, há ainda recibos firmados por Miranda, em que a Usiminas doou ao Sindipa durante a gestão do conselheiro no sindicato, R\$ 1,18 milhão para a realização de um programa de redução e prevenção do consumo de álcool e outras drogas. "Contudo, tal programa nunca foi realizado", diz a peça.

A prova faz parte da acusação de pagamentos efetuados pela Usiminas por "falsos contratos de prestação de serviços (com fortes indícios de lavagem de dinheiro) e aluguéis indevidos ao Sindipa durante a última gestão do segundo réu [Miranda]."

Miranda foi reeleito para a vaga no conselho com 74,2% votos, vencendo três outras chapas. A eleição ocorreu em 29 de janeiro. Pelas regras estabelecidas, o resultado só seria divulgado no dia 11 de fevereiro. Mas, no dia 30 de janeiro, segundo apurou o **Valor** na ocasião, um jornal de Ipatinga já informava que ele fora vencedor com 80%.

Miranda rebateu as acusações, negando que sua eleição foi marcada por irregularidades. Disse ser vítima de perseguição movida pelo procurador do MPT. "É perseguição sem fundamento". "Eu que vou mover ação de indenização contra ele." Entre 1985 e 1994 e, depois, de 2001 a 2012, foi presidente do Sindipa, hoje dirigido por um grupo de oposição. "Dizer que os trabalhadores não tiveram participação é uma inverdade. Como é que os trabalhadores não

sabiam se participaram de outras chapas?", disse. "Existem processos contra mim movidos por ele [Adolfo Jacob] ou pelo Marco Antônio Castello Branco [ex-presidente da Usiminas]. Estão investigando, mas não tive nenhuma condenação em 45 anos de vida pública."

Além da atual gestão do Sindipa, o Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista, dos trabalhadores da unidade de Cubatão (SP) da Usiminas, também contestam o papel de Miranda como representante dos funcionários. "A Usiminas fez lavagem cerebral para colocar quem ela queria. A empresa fez campanha para essa eleição", diz Claudinei Rodrigues Gato, presidente da entidade paulista.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) informou que acompanha o imbróglio na Usiminas, envolvendo eleições no conselho de administração e abriu ontem um processo administrativo para apurar o caso. Na CVM, o processo foi aberto pela Gerência de Acompanhamento de Empresas 2.

Em comunicado, ontem, a empresa alega que o pleito observou "a legislação e as regras internas da companhia concernentes à matéria, além de ter sido conduzida por Comissão Eleitoral composta por membros indicados pela Usiminas e por sindicatos que representam seus empregados". "A companhia esclarece ainda que, com base nas informações de que dispõe, o Sr. Luiz Carlos Miranda está apto a ocupar o cargo de membro do seu conselho de administração", afirma. **(Colaboraram Ivan Ryngelblum e Juliana Schincariol, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Preço do etanol despencou no país após greve de caminhoneiros

Opção preferida dos motoristas neste ano, o etanol hidratado despencou na porta das usinas desde o fim da greve dos caminhoneiros até meados de julho. O motivo foi a dificuldade das empresas para escoar o volume represado em maio, aliado à produção elevada. Analistas e usinas creem, porém, que os preços chegaram ao fundo do poço desta safra, a 2018/19.

Da primeira semana de junho até a segunda semana de julho, o valor que as usinas paulistas receberam por um litro de etanol hidratado, já descontados impostos, caiu 13,6%, conforme o indicador Cepea/Esalq. Na semana passada, o indicador ficou em R\$ 1,4652 por litro.

Até então, mesmo usinas mais capitalizadas preferiam vender etanol às distribuidoras a preços baixos pois previam que não teriam espaço em seus tanques para armazenar todo o biocombustível que iriam produzir até o fim da temporada. Desde a última semana, porém, algumas começaram a ser mais seletivas, avaliando que poderiam se beneficiar de preços mais altos na entressafra.

Foi o caso da Usina Alta Mogiana, em Ribeirão Preto (SP). "Tínhamos acelerado as vendas entre maio e junho, mas agora paramos de vender. Estamos aguardando preços melhores em setembro e outubro", diz Luiz Gustavo Junqueira Figueiredo, diretor comercial da usina. "Sinais recentes indicam que parte das usinas está segurando as vendas no atual patamar de preços", diz João Paulo Botelho, analista da consultoria FCStone.

Para um trader, os motoristas devem começar a absorver mais a oferta de etanol no país porque o preço do biocombustível está mais competitivo que a gasolina nos cinco Estados que mais consomem o produto (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Mato Grosso). Além disso, a queda recente dos preços no Centro-Sul tornou o etanol competitivo também no Nordeste e até mesmo no exterior, segundo Figueiredo.

Uma reação dos preços, porém, não deve ser imediata. "Em setembro, pode ter recuperação na medida em que a oferta diminuir e o etanol mantiver a competitividade", avaliou o trader. O tempo seco antecipa a moagem e deve provocar quebra de safra. Assim, a expectativa é que o etanol novo pare de chegar ao mercado no fim de setembro.

Willian Hernandez, sócio da FG/A, avalia que há espaço para o consumo crescer no Paraná e no Rio de Janeiro, onde a relação com a gasolina ainda não está claramente vantajosa para os motoristas, o que pode firmar os preços.

Em junho, enquanto a produção de etanol hidratado do Centro-Sul somou quase 3 bilhões de litros, as vendas ficaram em 1,7 bilhão de litros, de acordo com dados recentes da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: De São Paulo

Título: Wall Street resiste a tombo do petróleo

A safra de balanços corporativos nos Estados Unidos segue a todo vapor e deve voltar a orientar nesta terça os mercados financeiros, que têm ainda pela frente declarações da autoridade máxima do banco central americano.

O Goldman Sachs é o destaque em termos de resultados trimestrais. Ontem, o índice S&P que acompanha empresas do setor financeiro subiu 1,80% - melhor desempenho dentre os 11 índices setoriais do S&P 500. O segmento bateu uma máxima em um mês, na esteira do Bank of America, cujos números trimestrais superaram as expectativas.

A força das empresas financeiras ajudou a segurar o S&P 500, que acabou fechando apenas em leve baixa de 0,10%, aos 2.798,43 pontos. O algoz foi o setor de energia, que teve o pior desempenho ao cair 1,18%, puxado pelo tombo de mais de 4% nos preços do petróleo. A commodity sofreu forte pressão após notícias de que a Rússia estaria cogitando aumentar a produção do óleo num ritmo ainda maior que o esperado anteriormente.

Sob o peso de dados mais fracos da economia chinesa, o setor de commodities como um todo veio abaixo. O índice CRB, que reúne 19 matérias-primas, fechou com declínio de 1,32%, atingindo uma mínima em cinco meses.

Ainda em Nova York, o índice Dow Jones de blue chips americanas conseguiu fechar em alta de 0,10%, aos 2.798,43 pontos, nova máxima em um mês. E o Nasdaq 100 do setor de tecnologia recuou 0,24%, aos 7.357,90 pontos.

Porém, o índice futuro do Nasdaq 100 terminou com queda mais forte, de 0,97% - movimento que deve ser incorporado ao índice à vista nesta quarta. O mercado futuro estava aberto ontem quando a Netflix divulgou balanço que trouxe crescimento menor que o antecipado no número de novos assinantes. No pós-mercado, a ação da provedora de filmes e séries de televisão via streaming caía mais de 14%, depois de fechar o mercado à vista em alta de 1,18%.

No câmbio, o dólar caiu frente a moedas fortes, à espera do testemunho do presidente do Federal Reserve (Fed, BC americano), Jerome Powell, hoje no Senado dos EUA. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petrobras lança proposta de migração da Petros

A Petrobras confirmou a intenção de criar um novo plano de contribuição definida (CD) da Petros, fundo de pensão dos funcionários da estatal, em substituição ao PPSP, de benefício definido (BD) e que tem um déficit de quase R\$ 28 bilhões a ser equacionado. Na semana passada, a petroleira apresentou

estudos sobre uma possível migração ao grupo de trabalho formado em novembro passado que debate a situação do plano.

"O estudo apresentado pela companhia prevê oferecer aos participantes do PPSP uma migração voluntária para um novo plano na modalidade de contribuição definida", disse a Petrobras em comunicado a seus empregados. Não há prazo para essa decisão e os estudos são preliminares.

O **Valor** noticiou os planos da Petrobras em junho. Entidades sindicais apresentarão suas propostas em reuniões nas próximas semanas. Nos planos BD, a aposentadoria é vitalícia e o valor é definido previamente. Já os CDs adotam o conceito de contas individuais e as aposentadorias dependem do valor acumulado.

Não é a primeira vez que a Petrobras tenta essas mudanças. No início dos anos 2000, a estatal propôs a migração semelhante do plano BD para o chamado Plano Petrobras Vida (PPV), também de contribuição definida. A medida foi barrada na Justiça após ação da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Representantes de participantes da Petros ouvidos pelo **Valor** questionam a proposta atual. "Não podemos concordar com novo plano. O plano CD não é vitalício, vai reduzir os benefícios e eximir a Petrobras de não pagar o déficit", disse o diretor administrativo da Ambep, Pedro Carvalho. A associação tem 35 mil participantes. Carvalho também questiona a falta de representatividade de aposentados no grupo de trabalho que debate o tema. O advogado do grupo Gdpape, Rogério Derbly, menciona as dívidas da patrocinadora ao fundo de pensão. Segundo ele, a Petrobras tem que recompor as reservas matemáticas decorrentes de políticas salariais adotadas no passado. "A Petrobras quer se eximir das responsabilidades econômicas e financeiras que tem como patrocinadora", afirma.

MME / ASCOM .